

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Daiana da Silva Ramos dos Santos**

**CONTROLE INTERNO: CONTABILIDADE EM UMA  
ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.  
IGREJA EVANGÉLICA.**

**Taubaté – SP**

**2022**

**DAIANA DA SILVA RAMOS DOS SANTOS**

**Controle interno: Contabilidade em uma entidade  
sem fins lucrativos. Igreja evangélica.**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis Orientado pelo Prof. MS. Francisco de Assis Coelho.

**Taubaté – SP**

**2022**

**SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

S237c Santos, Daiana da Silva Ramos dos  
Controle interno : contabilidade em uma entidade sem fins lucrativos. Igreja evangélica. / Daiana da Silva Ramos dos Santos - 2022.  
44f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, Taubaté, 2022.

Orientação: Prof. Me. Francisco de Assis Coelho, coorientador: Júlio Cesar Goncalves, Departamento de Gestão e Negócios.

1. Associações sem fins lucrativos – Contabilidade. 2. Auditoria interna. 3. Fluxo de caixa. I. Título.

CDD 657.98

**DAIANA DA SILVA RAMOS DOS SANTOS**

**TÍTULO: CONTROLE INTERNO: CONTABILIDADE EM UMA ENTIDADE SEM  
FINS LUCRATIVOS. IGREJA EVANGELICA.**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis Orientado pelo Prof. MS. Francisco de Assis Coelho.

**Data:** \_\_\_\_\_

**Resultado:** \_\_\_\_\_

COMISSÃO JULGADORA

Prof. \_\_\_\_\_

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

“Não temas, por que eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça.”

(Isaias 41:10)

## **AGRADECIMENTOS**

Imensa gratidão a Deus, pois sem ele não teria chegado até aqui.

A meu esposo pelo apoio nos momentos difíceis dessa trajetória.

Aos meus sogros por ter me ajudado a olhar meus tesouros, e ter acreditado em mim.

A minha mãe que é um exemplo para mim, minhas irmãs, e meu irmão Jhonatan Santos que me apoiou e me encorajou quando foi preciso e sempre acreditando que eu era capaz.

Agradecimento ao meu orientador Prof. Francisco de Assis Coelho pela sua dedicação durante todo o desenvolvimento desta monografia.

Aos Profs. Drs. das bancas, pelas importantes sugestões que muito acrescentaram na conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas de sala, pois enfrentamos momentos muitos difíceis com essa pandemia mais vencemos.

E por fim a todos que ajudaram e contribuíram de alguma forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

Deus é fiel.

"[...] o preparo do ambiente é a chave da educação e da cultura real da pessoa humana desde o seu nascimento."

(MONTESSORI, 1965).

## RESUMO

A elaboração de controles internos é muito importante para as entidades sem fins lucrativos, independentemente de seu porte, pois são por meio deles que se pode: proteger os bens, conferir exatidão e fidelidade das doações e contribuições, promover a eficiência operacional e estimular a obediência às normas administrativas estabelecidas. O trabalho tem como objetivo conceituar os controles internos, e mostrar a utilidade no dia a dia das entidades. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica envolvendo o assunto com ênfase na utilização dos controles internos nas entidades como meios para auxiliar a gestão financeira, garantindo dessa forma, maior confiabilidade ao processo dos recursos financeiros. Conclui-se que o controle interno está pulverizado por toda a entidade, sob as mais diversas formas, em níveis diferentes de importância e exige normas bem definidas, contribui para uma visão do fluxo de origem e destino dos recursos financeiros das entidades.

**Palavras-chave:** Controle interno, fluxo de caixa, contas a pagar e terceiro setor.

## **ABSTRACT**

Internal control is a very important tool in organizations, as presenting an organized and clearly controlled control contributes to better decision-making, always aiming to control cash and accounts payable, especially for non-profit entities, whose survival depends on donations from individuals and private companies or government agencies. This work aims to show the importance of complete Accounting in evangelical churches, which is a necessity for the development of the institution that has its obligations and donations to those in need. The entities fall into the Third Sector.

**Keywords:** Internal control, accounts payable and third sector.

## LISTA DE GRÁFICO

<b>Gráfico 1</b>	–	Transição religiosa no Brasil 1940-2032	
.....			40

## LISTA DE QUADRO

<b>Quadro 1</b> – Princípios fundamentais a serem adotados nos controles internos.....	26
--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – IBGE (2016) Fundações privadas e associações sem fins lucrativos .....	22
<b>Tabela 2</b> - Ilustração do controle de resultado do mês .....	35
<b>Tabela 3</b> - Ilustração da utilidade e importância do controle financeiro .....	36

## **GLOSSÁRIO**

ESFL – Entidades sem fins lucrativos

EBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

NBC T – Normas técnicas Relevância

## SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT .....	09
LISTA DE GRÁFICO .....	10
LISTA DE QUADRO.....	11
LISTA DE TABELA.....	12
GLOSSÁRIO.....	13
SUMÁRIO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Tema do trabalho.....	16
1.2 Objetivo do trabalho.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Problema.....	18
1.4 Delimitação do Estudo.....	19
1.5 Relevância do estudo.....	19
1.6 Metodologia.....	19
1.7 Organização do Trabalho.....	20
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1 Terceiro Setor.....	21
2.2 Controle Interno.....	24
2.2.1 Importância do Controle Interno.....	232
2.2.2 Princípio e meios observados pelo Controle Interno .....	26
2.2.3 Objetivos do Controle Interno .....	28
2.3 Tipos de Controles Internos .....	30
2.3.1 Sistema de Controle .....	30
2.3.2 Tipos de Sistema de Controle .....	31
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	35
3.1 Detalhamento e Especificidade do Tema.....	35
3.1.1 Contas a Receber .....	35

3.1.2 Contas a Pagar .....	35
3.1.3 Controle de Caixa .....	36
3.1.4 Fluxo de Caixa .....	37
4. RESULTADOS.....	39
4.1 Registro Contábil .....	39
4.2 Igrejas Evangélicas .....	39
4.3 Doações Ofertas e Dízimos .....	40
5. CONCLUSÕES .....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

# **1 INTRODUÇÃO**

A importância de um sistema de controle interno dentro das organizações, para fornecer informações para a tomada de decisões e conceber uma administração eficiente com decisões certas na busca pela eficácia de seus propósitos. Para isso, existe o setor financeiro no qual é um departamento fundamental para a vida da entidade no mercado, é onde existem todos os registros de informações em que irão ser necessárias para as devidas tomadas de decisões. A entidade não prossegue sem o seu bem, que é o capital, para criação e desenvolvimento dos projetos da instituição.

A sociedade encontra-se dividida em três setores: o setor público (primeiro) representado pelo Estado, o mercado (segundo), e o terceiro e último setor, composto por organizações privadas de interesse público que não visam lucro e prestam serviços em diversas áreas, assim como o primeiro setor. O terceiro setor não pertence ao setor público, apesar de regulamentado por este e se diferencia do segundo setor, por não ter a finalidade lucrativa. Contudo, é considerado um setor “privado, porém público”, por ter características dos dois setores (FERNANDES, 2002, p.13).

O terceiro setor tem como principal fonte de renda doações e contribuições de terceiros, que são pessoas físicas e empresas privadas ou órgãos governamentais. Por esse motivo tem o controle interno para administrar seus recursos com clareza e realizar suas atividades para alcançar seus objetivos.

Assim, é de muita importância a necessidade dos devidos controles, para garantir o cumprimento do objeto social para o qual a Entidade foi criada e a devida aplicação dos recursos angariados.

## **1.1 TEMA DO TRABALHO**

O tema deste trabalho é sobre o controle interno em entidades sem fins lucrativos, igrejas evangélicas. Entendendo que os controles internos são todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação

administrativa que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da entidade e que produzam reflexos em seu patrimônio.

A motivação para esse tema é a vivência na área religiosa e o estudo na área das ciências contábeis, já a alguns anos desempenho atividade voluntária na Departamento Financeiro - Tesoureira de uma entidade igreja evangélica e com isso percebi a necessidade de melhoria nos controles, o que me auxiliou para escolher esse tema, na intenção de melhor entender e contribuir para o desenvolvimento dos controles nas instituições religiosas.

## **1.2 OBJETIVO DO TRABALHO**

O Objetivo desse trabalho é mostrar a utilização da informação contábil, através do livro caixa e controles internos, utilizados no setor financeiro de entidades sem fins lucrativos.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo dessa pesquisa é mostrar as informações contábeis através de relatórios de controles internos, verificando-os para a tomadas de decisão das entidades sem fins lucrativos.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Para Marconi e Lakatos (2010), esses objetivos apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares.

Para que se possa fornecer uma resposta adequada ao objetivo pretendido, este estudo apresenta os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Apresentar as informações de gestão contábil e controle interno.

- ✓ Conceituar entidades sem fins lucrativos e sua vinculação ao Terceiro Setor.
- ✓ Relatar os métodos e controles financeiros de entidades sem fins lucrativos.

### 1.3 PROBLEMA

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 143), o problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução.

Existem diferentes formas de problema, como demonstram Marconi e Lakatos (2010, p. 144), destacam-se em quatro tipos:

**Problema de Estudos Acadêmicos.** Estudo descritivo, de caráter informativo, explicativo ou preditivo.

**Problema de Informação.** Coleta de dados a respeito de estruturas e condutas observáveis, dentro de uma área de fenômenos.

**Problema de Ação.** Campos de ação em que determinados conhecimentos sejam aplicados com êxito.

**Investigação Pura e Aplicada.** Estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade.

O tipo de problema que será tratado nesta monografia classifica-se no terceiro tipo, onde será investigado e proposto a aplicação de ferramentas de gestão financeira para o fornecimento de informações, para a tomada de decisões e controles na prevenção da descontinuidade.

Partindo do pressuposto que a utilização de ferramentas de gestão é fundamental para melhoria do Sistema de Controle Interno, e conseqüentemente contribui para a melhoria da gestão financeira, a visibilidade macro do funcionamento operacional da entidade.

O problema a ser respondido neste trabalho será: Qual a importância do controle interno para o controle financeiro nas entidades sem fins lucrativos?

## 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Por ter um sujeito e um objeto, o tema passa por um processo de especificação. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 201) “o processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a sua limitação geográfica e espacial, com vistas à realização da pesquisa”.

Esta pesquisa visa estudar a aplicação do conceito de Controle Interno e gestão financeiro em entidades sem fins lucrativos, em particular igrejas evangélicas.

## 1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

As Entidades sem fins lucrativas – igrejas evangélicas, exerce atividades de grande importância no cotidiano das pessoas e ocupa grande espaço no meio produtivo/assistência contribuindo para a melhoria de vida de uma comunidade, seja um bairro, um município, estado, um país ou continente.

A importância da proposta de estudo é apresentar aos gestores de entidades sem fins lucrativos – igrejas evangélicas a importância do Controle Interno como fator que leva a uma melhor organização, aplicando controle de arrecadação de receitas, controle de gastos que resulte em visão da real da destinação de seus recursos arrecadados, melhor contribuindo com a comunidade.

Demonstra a importância e os benefícios que podem ser alcançados nas entidades sem fins lucrativos – igrejas evangélicas, com a utilização de ferramentas simples e que se encontra gratuito no mercado livre ou *software* disponível, para garantir a eficiência e eficácia nas decisões tomadas e garantindo a boa gestão dos recursos patrimoniais, seja mão de obra ou materiais.

## 1.6 METODOLOGIA

Esse trabalho é uma pesquisa básica, descritiva e qualitativa. Para a coleta de dados foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental.

De acordo com Marconi e Lakatos (2001, p.43-44), pesquisa bibliográfica.

“Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.”

Para GIL (2002, P. 43) As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Segundo Marconi e Lakatos (2009) a pesquisa bibliográfica trata do levantamento de toda a bibliografia publicada em livros, revistas, publicações. Tem por finalidade que o pesquisador entre em contato com tudo o que foi abordado sobre o assunto.

A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem com os objetos da pesquisa. (GIL 2002 p. 45)

## **1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Esta monografia está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo tem-se a introdução, o tema e objetivos gerais e específicos, problema, delimitação, justificativa, metodologia e organização do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a revisão de literatura, que trata das definições e conceitos dos seguintes temas: Terceiro setor; Objetivo, princípios e meios do Controle Interno.

O terceiro capítulo trata do desenvolvimento da Pesquisa, detalhamento sobre o tema estudado.

O quarto capítulo trata dos resultados obtidos na pesquisa.

Por fim o quinto capítulo conclusão e recomendações para os futuros trabalhos.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 TERCEIRO SETOR

O terceiro setor é formado por entidades que, voluntariamente, buscam o bem coletivo da sociedade, sem ter em vista o lucro, e por isso são chamadas de entidades sem fins lucrativos (ESFL). Pode-se atribuir ao terceiro setor a tentativa de preencher as lacunas dos serviços que o Estado não preenche, sendo uma tentativa privada, mas com finalidade pública, por não se ater ao retorno próprio e pessoal, mas sim ao coletivo (DELATORRE, 2002).

Para Anthony e Govindarajan (2001, p. 815) declaram:

“Organizações sem fins lucrativos são administradas por diretorias que geralmente não são remuneradas, e muitas não são familiarizadas com a administração de empresas com fins lucrativos. Por isso exercem menos controle do que a diretoria dessas empresas. Além disso, como o desempenho (financeiro) é mais difícil de avaliar em organizações sem fins lucrativos, a diretoria é menos apta a identificar problemas reais ou incipientes.

Para que se possa entender o que é entidade do terceiro setor, deve-se conhecer as denominações de cada setor. De acordo com Peyon (2004), os grupos se dividem em setores sociopolíticos e assim se caracterizam:

1º setor, Estado – caracterizado pela União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei. Também se incluem neste setor pessoas jurídicas de direito privado que sejam controladas pela máquina estatal;

2º setor, empresas – empresários e sociedades empresariais detentores de capital e com finalidade de lucro;

3º setor, entidades sem fins lucrativos – não são estatais e nem empresariais.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade – (CFC, 2004, p.31), o Terceiro Setor apresenta as seguintes características básicas:

- a) promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) manutenção de finalidades não-lucrativas;
- c) adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d) atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e) aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- f) desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

Terceiro setor está baseado em organizações com finalidade sociais, ao invés de econômicas, sendo que em sua essência envolvem trabalhos artísticos, religiosos, sindicais, de caridade, entre outros trabalhos voluntários.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicou em 2016 estatística das entidades dos terceiros setor por área de atuação, assim distribuída:

**Tabela1:** Fundações privadas e associações sem fins lucrativos.

HABITAÇÃO	163			unidades
SAÚDE	4.721			unidades
CULTURA E RECREAÇÃO	32.268			unidades
EDUCAÇÃO E PESQUISA	15.828			unidades
ASSISTÊNCIA SOCIAL	24.067			unidades
<b>RELIGIÃO</b>	<b>83.053</b>			<b>unidades</b>
ASSOCIAÇÕES PATRONAIS, PROFISSIONAIS E DE PRODUTORES RURAIS	28.962			unidades
MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL	1.689			unidades
DESENVOLVIMENTO E DEFESA DE DIREITOS	30.266			unidades
OUTRAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	15.933			unidades

**Fonte:** IBGE (2016).

## 2.2 CONTROLE INTERNO

Para se ter um sistema de controle interno organizado, devemos mantê-lo sob constante avaliação e verificação, adaptando-os às novas situações e tecnologias existentes. As falhas de seu funcionamento, dos controles ineficientes ou não colocados em prática, pelos setores poderão resultar em problemas que comprometerão inteiramente sua finalidade.

Assim, Silva (1977, p. 80), diz que:

Controle é o processo administrativo que consiste em verificar se tudo está sendo feito de acordo com o que foi planejado e as ordens dadas, bem como assinalar as faltas e erros, a fim de repará-los e evitar sua repetição

Conforme Castro (2008, p. 27), “a palavra controle sempre esteve ligada às finanças”, sendo que, desde a sua origem no latim (rotulum), demonstrava a relação com os contribuintes, até em seu significado em francês (controller), que remete a questões ligadas a registro, inspeção e exame.

No tocante ao conceito de controle interno tem-se ainda, conforme Almeida (2012, p. 34), que “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”

Já Cook e Winkle (1983, p. 131) destacavam que:

O controle interno é um sistema da empresa, constituído de seu plano de organização, atribuição de deveres e responsabilidades, projeto de contas e relatórios e todas as medidas e métodos empregados 1) para proteger seu ativo, 2) aumentar a exatidão e a fidedignidade dos dados e relatórios contábeis e de outros dados operacionais, 3) promover e avaliar a eficácia operacional de todos os aspectos das atividades da empresa e 4) comunicar as diretrizes

administrativas e estimular e avaliar a observância das mesmas.

O controle interno, portanto, vem a ser um tipo de controle que pode ser exercido tanto em empresas privadas como no setor público. Quanto ao controle interno relativo ao setor público, este possui legislações que tratam sobre o tema desde 1964, chegando a um texto mais específico sobre o assunto na Resolução CFC nº 1.135/2008, que aprovou a NBC T 16.8 – Controle Interno.

Os controles internos dividem-se em duas categorias (COOK; WINKLE, 1983):

- ✓ Os controles administrativos, que tratam sobre os procedimentos e os métodos que dizem respeito, primordialmente, às operações de uma entidade e suas políticas, diretrizes e relatórios, relacionando-se apenas indiretamente com as demonstrações financeiras. Compreendem o plano da organização e os procedimentos e registros relacionados com os processos decisórios, mediante os quais a administração autoriza as transações. Essa autorização é uma função administrativa diretamente ligada à responsabilidade de atingir os objetivos da organização e constitui o ponto de partida para o estabelecimento de um controle contábil das transações;
- ✓ Os controles contábeis, que consistem em métodos, procedimentos e plano de organização pertinentes, principalmente, à salvaguarda dos ativos da entidade e à garantia de que as contas e os relatórios financeiros são merecedores de confiança.

### **2.2.1 Importância do Controle Interno**

Para que se possa verificar a importância do controle interno é preciso analisar o crescimento e a diversificação das entidades. Em uma entidade em fase inicial é fácil identificar quem é a pessoa que exerce o ponto referencial de controle.

É ele quem analisa e controla praticamente todas os controles da entidade, verifica as atividades dos colaboradores, processo de execução e padrão de qualidade no atendimento da comunidade, despacho e entrega de produtos para a

população carente, contas a pagar, arrecadação, contas a receber e relacionamentos com a sociedade etc.

A partir do momento em que a entidade começa a crescer, torna-se inviável que aquela única pessoa controle todas as operações.

Para que o controle das operações seja eficiente e permita análises é preciso existir relatórios, índices e indicadores que reflitam a gestão das operações e o atendimento dos objetivos sociais planejados.

Um sistema de controle interno implica que os colaboradores tenham liberdade de atuação na execução das tarefas para otimizar os recursos necessários e buscar melhores resultados.

É parte integrante de cada segmento da entidade e cada procedimento corresponde a uma parte do conjunto do controle interno.

### 2.2.2 Princípios e meios observados pelo Controle Interno

Quanto aos controles internos, é importante ressaltar que existem princípios e meios que são necessários e devem ser desenvolvidos nas organizações, de forma a facilitar a consecução dos objetivos da entidade. As principais formas que podem dar suporte à proteção dos ativos e respaldo às informações estão apresentadas no Quadro abaixo:

**Quadro 1** – Princípios fundamentais a serem adotados nos controles internos.

Adaptado pelo autor.

<b>Formas</b>	<b>Conceitos</b>
Segregação de funções	Ninguém deve ter sob sua responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação; devem ser executadas por pessoas e setores independentes entre si.
Sistema de autorização e aprovação	Compreende o controle das operações

	através de métodos de aprovações; a pessoa que autoriza não deve ser a mesma que aprova para não expor ao risco os interesses da empresa.
Determinações de funções e responsabilidade	Determina a noção exata aos funcionários sobre suas funções, incluindo as responsabilidades do cargo com a definição através de organogramas.
Rodízio de funcionários	Corresponde ao rodízio dos funcionários para reduzir a possibilidade de fraudes.
Carta de fiança	Determina aos funcionários que em geral lidam com valores, a responsabilidade pela custódia de bens e valores, resguardando a empresa e dissuadindo, psicologicamente os funcionários a tentações
Manutenção de contas de controle	Indica a precisão dos saldos das contas detalhadas, geralmente controladas por outros funcionários.
Seguro	Compreende a manutenção de apólice de seguros, valores e riscos a que está sujeita a empresa.
Legislação	Atualização permanente sobre a legislação vigente, para diminuir riscos e não expor a empresa a contingências fiscais e legais.
Diminuição de erros e desperdícios	Indica a detecção de erros e desperdiço na fonte devido a controles mal definidos
Contagens físicas independentes	Correspondem as contagens periódicas de bens e valores, visando aumentar o controle físico e proteger os interesses da empresa.
Alçadas progressivas	Compreende estabelecer de forma

	escalonada, dando aos altos escalões as principais decisões e responsabilidades.
--	--

**Fonte:** Attie (2007, p.190-191).

Obedecidos tais princípios, as atribuições e responsabilidades inerentes aos Controles Internos têm chance muito maior de êxito na busca de um controle efetivo e de qualidade.

### **2.2.2 Objetivos do Controle Interno**

Os objetivos de um sistema de controle interno, segundo a definição do AICPA (apud Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, 1988), são quatro:

1) Proteção dos Ativos contra perdas de qualquer natureza, incluindo: - desperdício; - fraude; - erro; - ineficiência ou falta de cuidado; - perdas decorrentes de circunstâncias anormais (fortuitas, tais como incêndio, inundações ou roubo). A proteção dos ativos está diretamente ligada à segregação de funções, ou seja, a separação de controle, custódia e autorização para movimentação de ativos, em função como as responsabilidades e os riscos potenciais envolvidos.

2) Obtenção de informações adequadas e confiáveis;

As informações confiáveis têm por pressuposto que os registros contábeis estão respaldados em documentos hábeis e idôneos. Quanto às informações adequadas, dependerão do objetivo a que se propõem. Informações voltadas para o público externo (fisco, acionistas, bancos credores) devem estar consubstanciadas nos Princípios Fundamentais da Contabilidade. Entretanto, se a informação se destina à tomada de decisão, algumas 53 vezes podem ser utilizados dados dispostos em formato não usual, típicos da contabilidade gerencial, como, por exemplo, a análise de dados financeiros através do regime de caixa. Informação adequada também deve ser obtida no tempo apropriado. Pode ser confiável, mas extemporânea e, portanto, tornar-se obsoleta.

3) Promoção da eficiência operacional;

A administração estabelece metas de desempenho (eficácia). As ações desenvolvidas para alcance dessas metas (eficiência), deve compreender, de forma ordenada e sistêmica, a otimização do uso dos fatores de produção (humanos, materiais, financeiros e informacionais).

4) Cumprimento de normas traçadas pela administração, onde também se inclui auxiliar o planejamento estratégico da companhia.

Conforme Crepaldi (1998), os controles internos podem ser classificados segundo suas finalidades em:

- ✓ Controles organizacionais, inclusive segregação de funções – consiste em designar responsabilidade e delegar autoridade por meio da definição de linhas e instruções de operação documentados em manuais de organização, organogramas e descrições de cargos. A correta segregação de funções é considerada o elemento mais importante de um sistema eficaz de controle interno. Consiste em não atribuir o controle de todas as etapas de uma transação a uma só pessoa, evitando assim atos fraudulentos e permitindo a outras pessoas efetuarem uma verificação cruzada das informações;
- ✓ Controle de sistemas de informação – controle obtido mediante a prestação de informação aos níveis adequados da administração. Refere-se à qualidade e relevância da informação que chega aos responsáveis pela tomada de decisões e a capacidade deles em compreender seu significado e adotar medidas corretivas, se necessário;
- ✓ Controle de procedimentos – controle obtido mediante observação de políticas e procedimentos dentro da organização. São implementados para que se alcance eficiência operacional e se atinjam os objetivos empresariais. Devem ser adequados à estrutura organizacional, bem definidos e documentados, fáceis de interpretar e aplicar.

Para Attie (2000), dentre os objetivos básicos do controle interno está a finalidade de assegurar que as políticas e procedimentos definidos pela

administração, sejam adequadamente seguidos pelo pessoal e, os principais meios que visam dar embasamento para a aderência às políticas existentes na entidade são:

- ✓ supervisão: a supervisão permanente possibilita melhor rendimento pessoal, reparando-se rapidamente possíveis desvios e dúvidas decorrentes da execução das atividades;
- ✓ sistema de revisão e aprovação: aponta através do método de revisão e aprovação se as políticas e procedimentos estão sendo seguidos de maneira adequada;
- ✓ auditoria interna: permite a identificação de transações realizadas pela organização, que estejam em consonância com as políticas determinadas pela administração.

A administração deve trabalhar continuamente para que as políticas e procedimentos definidos sejam literalmente seguidos e respeitados por toda a entidade indistintamente.

Segundo o autor, os objetivos do controle interno expostos visam à configuração de segurança adequada às operações desenvolvidas ao longo de toda a entidade, de forma vertical e horizontal.

## **2.3 Tipos de Controles Internos**

### **2.3.1 Sistema de Controle**

Segundo Atkinson *et al* (2000) sistema de controle é o conjunto de ferramentas e métodos utilizados pelos membros da entidade, para mantê-la no caminho para alcançar seus objetivos. O processo de manter uma entidade sob controle engloba cinco passos:

- ✓ Planejamento, que consiste no desenvolvimento dos objetivos primários e secundários da entidade e na identificação dos processos que os completam;

- ✓ Execução, que consiste em implementar o plano;
- ✓ Monitoração, que consiste em determinar o nível atual de desempenho do sistema;
- ✓ Avaliação, que consiste na comparação do nível atual de desempenho do sistema, para identificar qualquer variância entre os objetivos do sistema e o desempenho efetivo, e decidir sobre as ações corretivas;
- ✓ Correção, consiste na realização de qualquer ação corretiva, a fim de trazer o sistema sob controle.

### **2.3.2 Tipos de Sistema de Controle**

Segundo Atkinson *et al* (2000) existem dois grandes tipos de sistemas de controle:

- ✓ Controle por tarefas, também chamado comando e controle.
- ✓ Controle por resultados.

O controle por tarefa é aquele que certifica que uma tarefa está sendo realizada de forma completa da maneira predeterminada. Uma abordagem do controle por tarefa é o controle preventivo, no qual os administradores projetam um sistema que só pode ser operado da forma desejada, e é apropriado nas seguintes situações:

- ✓ Onde existem exigências legais para cumprir normas ou procedimentos específicos para proteger a segurança do público;
- ✓ Onde os colaboradores manuseiam ativos líquidos, para reduzir as oportunidades de fraude;
- ✓ Onde a entidade controla algum aspecto de seu ambiente e pode eliminar as incertezas do ambiente, portanto a necessidade de aplicação de julgamento. Isto permite que a entidade desenvolva regras específicas para os funcionários seguir.

A segunda abordagem, a de controle por resultado, na qual os administradores treinam os colaboradores para executarem uma tarefa específica, e depois usam de auditorias eventuais, para verificar se os funcionários estão trabalhando conforme o previsto. Nessa abordagem enfoca-se na motivação dos funcionários em seguir os objetivos da entidade.

Para o controle dos resultados ser eficiente, é necessário que a entidade deixe claro quais são os seus objetivos e comunique a todos os seus membros, de modo que cada um deles entenda o que é importante e contribua para alcançar o sucesso.

O controle por resultados premia os funcionários para atingir os objetivos da entidade, já o controle por tarefa especifica um curso de ação e avalia as penalidades por descumprimento da tarefa. Sendo assim, o efetivo controle por resultados requer que seja possível monitorar e avaliar as contribuições, para atingir os objetivos da entidade.

O sistema de controle por resultados é mais eficaz que o sistema de controle por tarefa, quando exposto aos seguintes fatores:

- ✓ O ambiente está sendo transformado. Neste contexto, a entidade não consegue desenvolver regras para lidar com uma situação.
- ✓ Os dirigentes da entidade têm habilidade, conhecimento e autoridade para responder às situações em mudança, tomando decisões independentes.
- ✓ Os dirigentes entendem sobre os objetivos da entidade e podem contribuir para atingi-los.
- ✓ O sistema de avaliação de desempenho mede as contribuições individuais, de modo que o funcionário pode ser motivado a tomar decisões, refletindo nos interesses da entidade.

Para Oliveira *et al* (2006), o Controle Interno é rotineiro e existem dois tipos de Controle Interno: o Detectivo e o Preventivo. O controle detectivo é quando existe outra pessoa conferindo o que e para que foi feito, se houver algum erro ele possa ser corrigido. Já o controle preventivo previne o erro, o que o torna mais barato, pois não existe como alterar, zerando a possibilidade de erros.

Considerando a importância do controle interno dentro de uma entidade sem fins lucrativos, fica cada vez mais caracterizado que os controles precisam atuar com uma finalidade preventiva. Não adianta identificar e corrigir o problema depois de sua ocorrência, é necessário ter segurança quanto à inexistência de desvios ou problemas nos processos.

Dias (2010) diz que nem todos os problemas que atuam sobre os processos são previsíveis. Existem falhas que ocorrem em decorrência do próprio tipo de atividade praticada pela entidade e que independem de controles ou do conhecimento prévio da execução dos processos.

Oliveira *et al* (2006) cita alguns exemplos de Controles Internos:

- ✓ o fluxo de informações que alimentará a arrecadação: quando uma doação passa pelo caixa da entidade no ato da entrada, entra no registro, vai para um resumo diário, é enviado para a contabilidade e em seguida é contabilizado.
- ✓ no procedimento de contribuição mensal: o responsável elabora o controle/planilha, envia o dinheiro para o banco e o controle/planilha para o setor de contabilidade que fará o registro e a devida conciliação com o movimento bancário.
- ✓ contas a pagar: o responsável faz os devidos pagamentos, elabora controle/planilha de pagamentos e envia juntamente com o documento que comprova o devido pagamento para o setor de contabilidade, que irá classificar de acordo com seu plano de contas, que após a conciliação periódica emitida relatórios para o acompanhamento da direção.
- ✓ Fluxo de caixa: o fluxo de caixa é um documento de acompanhamento que deve ser elaborado previamente e, de acordo com a movimentação de arrecadação e pagamentos é atualizado de forma que é possível verificar o que realmente aconteceu no passado, o que realmente a entidade possui naquele momento e, também, obter uma visão futura da condição financeira e elaborar

planejamento/programação da atividade operacional e atendimento comunitário.

O Controle Interno que realmente funciona garante que os saldos das contas na contabilidade estarão sempre corretos.

### **3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

A pesquisa é descritiva e do método qualitativo, com objetivo de demonstrar os controles internos financeiros da entidade estudada e que o ser humano utiliza as técnicas utilizadas através de estudos com a bibliografia, com esse conhecimento adquirem experiências e pesquisas. Segundo Beuren e Longaray (2003, p. 40), “Monografia é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática.”

Para desenvolver uma boa Pesquisa, seja qual for o assunto é preciso a utilização de conhecimento e métodos adequados para um bom resultado na elaboração da pesquisa. Para Gil (2002, p. 41), “A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.”

#### **3.1 DETALHAMENTO E ESPECIFICIDADE DO TEMA**

O trabalho no qual está sendo desenvolvido, depois de efetuado a pesquisa dos dados necessários ao setor financeiro e gestão contábil da Entidade, apresentando os controles internos de entradas e contas a pagar (saídas), fluxo de caixa.

##### **3.1.1 Contas a receber**

Para que as instituições consigam manter suas atividades religiosas e sobrevivam, elas recebem doações dos fiéis, e/ou empresas que doam com intuito para ajudar a melhoria da instituição e ajudar as pessoas carentes nas suas necessidades básicas.

##### **3.1.2 Contas a pagar**

Todas as instituições têm suas obrigações e responsabilidade de pagar suas despesas como, aluguéis, água, luz, produtos de limpeza, e/os eventos do templo

entre outros. Ajudam pessoas com dificuldade financeiramente como cestas básicas, medicamentos, material escolar entre outros. São de extrema importância que o tesoureiro ou gestor de qualquer igreja evangélica cumpra com as obrigações para não acarretar transtornos futuros.

### 3.1.3 Controle de caixa

É uma ferramenta muito importante para ter controle para a elaboração das demonstrações contábeis segue um exemplo a seguir uma tabela que mostra como auxílio um modelo de controle de caixa que poderá ser utilizado do setor financeiro de qualquer Igreja evangélica.

**Tabela 2:** Ilustração de controle de resultado do mês

RELATÓRIO DE DIZÍMOS E OFERTAS 01 Á 30 DE MÊS ANO					
DIA	NOME DO CONTRIBUENTE	DIZÍMO	OFERTA	SAÍDA	DISCRIMINAÇÃO
	TOTAL	R\$ -	R\$ -	-	
		MÊS ANTERIOR		-	
			CAIXA	-	
			SAÍDA	-	
				-	

**Fonte:** Autor

Essa demonstração apresenta todos os recebimentos e pagamentos de determinado período, para ter controle para elaborar corretamente seu plano de contas.

Segundo Oliveira e Romão (2011), o plano de contas serve para orientar e uniformizar os nomes das contas que serão registradas nos livros contábeis.

As empresas comerciais visam lucro, diferentemente das entidades sem fins lucrativos não se agregam fins econômicos, essas entidades têm superávit ou déficit.

Utiliza-se a nomenclatura superávit e déficit, porque no sentido literal, superávit significa superar, ir além, passar por cima, exceder, sobrar. E para Sá (apud Olak e Nascimento, 2010) superávit significa “o excesso da receita sobre a despesa; saldo credor que representa a supremacia dos ganhos sobre os custos; lucro; réditos positivos”.

Em contrapartida tem-se o déficit, que significa o que falta para completar, o que fica aquém. Sá (apud Olak e Nascimento, 2010, p. 72) define déficit como “deficiência de receita sobre a despesa, ou ainda, insuficiência das operações da empresa ou entidade, demonstrada por comparação entre receitas e despesas, onde estas são maiores do que aquelas”.

### 3.1.4 Fluxo de Caixa

A partir do fluxo de caixa, podemos perceber que a atividade da entidade varia muito durante o ano, este fato é explicado pela sazonalidade provocada pelas datas comemorativas religiosas, do local onde a entidade está inserida e até mesmo pela forma que a entidade é dirigida criando eventos e comemorações que atraem a comunidade. Pode-se perceber também que de acordo com o fluxo de caixa, em alguns meses a entidade apresentou resultado negativo, fator que exige um controle muito rígido para que a entidade possa se preparar bem para estes períodos.

Os dados apresentados representam valores fictícios elaborados com a finalidade de ilustração da utilidade e importância do controle financeiro.

**Tabela 3:** Ilustração da utilidade e importância do controle financeiro

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
<b>SALDO INICIAL</b>	5.106	6.351	1.574	4.534	10.707	12.622
<b>ARRECADAÇÃO</b>	53.775	35.553	50.781	62.715	99.264	50.478
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>	<b>53.775</b>	<b>35.553</b>	<b>50.781</b>	<b>62.715</b>	<b>99.264</b>	<b>50.478</b>
<b>DOAÇÕES - CESTAS</b>	28.985	13.854	17.910	22.035	45.894	26.149
<b>DOAÇÕES - MEDICAMENTOS</b>	5.000	2.900	6.436	10.015	17.897	4.500
<b>DOAÇÕES- REFEIÇÕES</b>	1.150	1.170	951	1.068	1.075	1.361
<b>SALÁRIOS</b>	7.003	10.100	7.950	8.924	8.660	7.917

CONTABILIDADE	2.234	2.367	3.738	2.236	2.312	2.504
ALUGUÉIS	2.028	1.737	3.280	4.843	4.609	6.354
PGTO EMPRÉSTIMO	1.366	1.244	1.178	1.211	1.210	1.179
INVESTIMENTOS	0	0	0	0	10.000	0
DESPESAS EXPEDIENTES	3.051	6.231	4.430	3.721	2.393	3.312
EVANGELIZAÇÃO EXTERNA	1.710	726	1.946	2.486	3.296	2.093
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>52.530</b>	<b>40.330</b>	<b>47.821</b>	<b>56.542</b>	<b>97.349</b>	<b>55.371</b>
RESULTADO DO MÊS	1.245	-4.777	2.960	6.173	1.915	-4.893
<b>SALDO FINAL</b>	<b>6.351</b>	<b>1.574</b>	<b>4.534</b>	<b>10.707</b>	<b>12.622</b>	<b>7.729</b>
<b>MESES</b>						
	<b>JUL</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>
SALDO INICIAL	7.729	13.847	22.728	36.770	43.177	48.841
ARRECADAÇÃO	89.274	110.055	117.210	114.075	113.673	73.863
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>	<b>89.274</b>	<b>110.055</b>	<b>117.210</b>	<b>114.075</b>	<b>113.673</b>	<b>73.863</b>
DOAÇÕES - CESTAS	41.937	50.800	50.418	53.518	51.470	35.544
DOAÇÕES - MEDICAMENTOS	9.188	8.427	6.822	8.299	9.689	9.961
DOAÇÕES- REFEIÇÕES	1.376	1.225	1.097	1.093	1.406	1.557
SALÁRIOS	3.664	2.341	2.449	3.764	3.939	4.487
CONTABILIDADE	4.600	7.754	4.372	1.402	5.986	4.743
ALUGUÉIS	1.179	1.184	1.163	1.155	1.159	1.133
PGTO EMPRÉSTIMO	15.410	18.888	18.325	20.775	21.246	13.275
INVESTIMENTOS	0	0	11.000	12.124	8.200	21.836
DESPESAS EXPEDIENTES	2.427	6.252	4.245	2.781	2.049	3.867
EVANGELIZAÇÃO EXTERNA	3.372	4.299	3.274	2.755	2.863	1.637
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>83.156</b>	<b>101.174</b>	<b>103.168</b>	<b>107.668</b>	<b>108.009</b>	<b>98.043</b>
RESULTADO DO MÊS	6.118	8.881	14.042	6.407	5.664	-24.180
<b>SALDO FINAL</b>	<b>13.847</b>	<b>22.728</b>	<b>36.770</b>	<b>43.177</b>	<b>48.841</b>	<b>24.661</b>

Fonte: Autor

O acompanhamento mensal permite uma visão clara e objetiva, quando se observa o resultado do mês é possível saber se houve maior arrecadação ou maior gasto/saída e visualizar com o que foi gasto. A clareza com os registros e a apresentação de forma simples e objetiva faz com que qualquer pessoa entenda, sem a necessidade de conhecimento específicos, facilitando a transparência na prestação de contas para os dizimistas e ofertantes de doações diversas.

## **4 RESULTADOS**

Com objetivo de desenvolver este trabalho para ter uma organização dentro da entidade, é necessário ter um controle interno organizado e com facilmente entendimento nos dados obtidos.

### **4.1 Registro contábil**

O registro contábil apresenta as entradas e saídas com notas fiscais ou recibos comprovando o motivo da movimentação financeira.

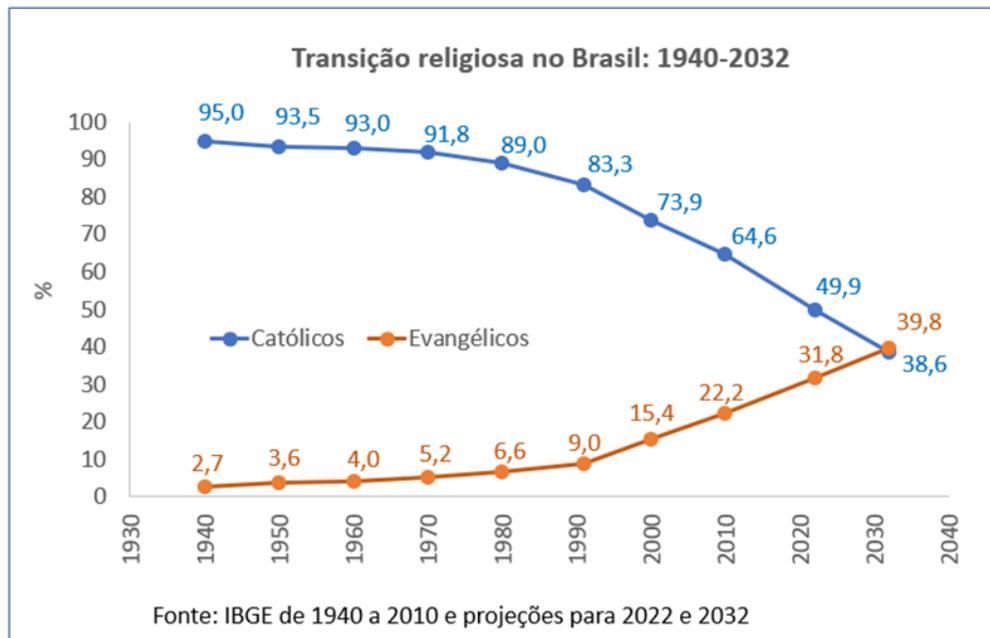
Esse controle interno existe desde o momento da constituição da entidade, utiliza-se os seguintes procedimentos de controle:

- ✓ Controle de recebimento de ofertas,
- ✓ Controle de recebimento de dízimos,
- ✓ Doações e coletas,
- ✓ Controle de conta a pagar,
- ✓ Relatório de caixa
- ✓ Demonstrativo financeiro – fluxo de caixa

Diariamente são lançadas as informações e apresentadas no registro contábil, no final de cada mês é finalizado um relatório de caixa no qual mostram todas as movimentações do período, e são arquivados juntos com os comprovantes numa pasta de movimentação.

### **4.2 Igrejas evangélicas**

A uma importância da gestão financeira nas restituições religiosas no terceiro setor, entre elas a igreja evangélica.

**Gráfico 1:** Transição religiosa no Brasil 1940 - 2032

**Fonte:** IBGE de 1940 a 2010 e projeções para 2022 e 2032

Conforme o gráfico acima os evangélicos vêm crescendo nas últimas décadas, segundo a projeção do gráfico até 2030 a porcentagem dos evangélicos se iguala com os católicos e com isso a uma responsabilidade muito grande no setor contábil, em administrar seus recursos financeiros para sua sobrevivência, alcançar seus objetivos, realizar suas atividades e suas obrigações.

Um exemplo a ser seguido para os gestores das instituições evangélicas é a organização contábil das instituições católicas que contam com empresas de contabilidade especializadas para gerenciar o setor financeiro de suas igrejas.

### 4.3 Doações de ofertas e dízimos

Para as instituições conseguir se manter é necessário a doação de valores, existe um indicador dos dizimistas que são os nomes dos fiéis que todos os meses dizem e ofertam, muitas vezes recebem doações de ofertas alçadas, que é algum valor de agradecimento por uma benção recebida.

## 5 CONCLUSÕES

Esse trabalho tem a finalidade de apresentar a gestão financeira e sua eficiência, aplicando-a nas Instituições Religiosas do Terceiro Setor, focando nas igrejas evangélicas.

Por isenção tributária, da qual estão apoiadas pela lei, muitas igrejas têm o descuido com o controle interno acarretando problemas futuros, o tesoureiro ou responsável pelas finanças não tem o controle adequado e com responsabilidade, isso dificulta e corre o risco da sobrevivência das Igreja Evangélicas.

Com o desenvolvimento da pesquisa pode se perceber que o Controle Interno através de planilhas como controle paralelo, sem dispensar a escrituração contábil, deve conta com pessoas capacitadas, e processo de controle definido, que quando executado com determinação auxilia com clareza e demonstra a situação financeira do passado, a real do momento e permite a projeções futuras, indicando iniciativas que deverão ser tomadas para manter a saúde financeira da entidade e garantir o atendimento a comunidade e exercer a atividade fim para a qual foi concebida.

Conclui-se que uma ferramenta de controle financeiro é muito importante, permite à escrituração e extração de informações contábeis que garante a credibilidade e confiabilidade na administração e controle de uma Organização Religiosa e para alcançar as metas definidas, sugiro os 5 passos do sistema de controle interno para adaptar no dia a dia para ter um resultado positivo e pretendido.

Com esta organização os dizimistas e/ou ofertantes poderão estar ciente das despesas e receitas, quais benefícios foram gerados e para o seu funcionamento com maior transparência.

Esse trabalho se dispõe a ser uma base para os futuros estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo:

ALVES, JED, CAVENAGHI, S, BARROS, LFW, CARVALHO, A.A. **Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil**, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, 2017 Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032> Acesso: 10 mai.2022

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistema de Controle Gerencial**. Trad. Adalberto Ferreira Neves. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10522** Abreviação na descrição bibliográfica. Rio de Janeiro: 1988. 11 p.

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade Gerencial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. Atlas, 2012.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria e controle interno na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2ª ed. Brasília: disponível em: [http://www.cfc.org.br/uparq/Livro\\_ManualFundacoes2ed.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_ManualFundacoes2ed.pdf). Acesso em 03/06/2013. (CFC , 2004, p.31). Acesso: 29 abr.2022

Contabilidade do Terceiro **Setor Enfoque na Contabilidade das Igrejas de Cotia e Itapevi**: disponível em:

file:///C:/Users/admin/Downloads/1%20Enfoque%20na%20Contabilidade%20das%20Igrejas%20de%20Cotia%20e%20Itapevi%20.pdf Acesso: 20 março.2022

COOK, J. W; WINKLE, G. Auditoria: Filosofia e Técnica. São Paulo: Saraiva, 1983.  
DELATORRE, R. M. **Mensuração do resultado social no contexto das organizações do terceiro setor**. São Paulo, 2002. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Administração, Universidade de São Paulo. 2002.

DIAS, Sérgio Vidal dos Santos. **Manual de Controles Internos: desenvolvimento e implantação, exemplos e processos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

EBGE – **Fundações privativas a associações sem fins lucrativos** disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/35/0>

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Marconi, Marina de Andrade **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos; atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade, Eva Maria Lakatos. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 143/144/201

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**. Terceiro Setor. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas**. Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Tatiane Carla de; CAMPOS, Jonas Comin de. **Artigo Lei Sarbanes Oxley de 2.002. X Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2.006.

PEYON, Luiz Francisco. **Gestão contábil para o terceiro setor**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

SILVA, Adelphino Teixeira Da. **Administração & Controle**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.